

UMA IMERSÃO NAS CONTAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Rodrigo Toledo Cabral Cota

Analista de comércio exterior, diretor de programa da Secretaria Executiva (SE)
do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Há uma percepção muito disseminada, sobretudo na classe média, de que no Brasil se paga muito imposto, mas o Estado não reverte esses recursos em favor da sociedade. Ainda de acordo com essa percepção, nossa educação, saúde e segurança públicas são precárias, para ficar em poucos exemplos. É muito difícil contradizer essas afirmativas, apesar de alguns casos exitosos nessas áreas Brasil afora.

O senso comum conclui, a partir dessa percepção, que o Estado brasileiro desperdiça essa enormidade de recursos públicos dentro de sua própria estrutura (que seria hipertrofiada) ou pelos ralos da corrupção.

O propósito deste trabalho é disseminar o conhecimento na sociedade brasileira sobre a composição do gasto público, como ele evoluiu nos últimos anos, como as contas públicas chegaram ao estado em que se encontram. Faremos isso de forma objetiva, buscando evitar juízo de valor. Para tal, serão utilizados dados oficiais da União federal dos anos de 2010 a 2015, em geral disponíveis nos *sites* do governo na internet.

A atual situação das contas públicas federais foi construída a partir de dois movimentos: *i*) uma elevação constante, em termos reais, da despesa primária entre 2010 e 2015; e *ii*) do lado da receita, uma desaceleração de seu crescimento real entre 2010 e 2013, seguida por uma queda real entre 2013 e 2015. Com isso, saímos de um *superavit* primário de R\$ 127 bilhões em 2011 para um *deficit* de R\$ 115,7 bilhões em 2015. Nosso propósito é, dessa forma, informar e destruir mitos que atrapalham o processo de ajuste fiscal, a partir de uma análise cuidadosa da composição dos gastos públicos brasileiros.

A partir do exposto no trabalho, é possível concluir que a alternativa da elevação de impostos põe em risco o apetite dos agentes econômicos, que geram emprego e renda, põe em risco, portanto, o crescimento da economia. Não fazer o ajuste projetará a dívida bruta a patamares insustentáveis, agravando ainda mais a conta de juros. Não pagar a dívida colapsaria o

sistema financeiro e toda a economia. Quando a dívida estiver elevada o suficiente para não mais ser financiada pela poupança interna ou externa, será inevitável sua monetização, o que acarretaria a volta da hiperinflação. É hora da sociedade brasileira, bem informada sobre a composição e evolução das contas públicas, acordar um novo padrão de distribuição de seus recursos sociais. Todos terão que fazer alguma concessão. O palco desse difícil diálogo é o Congresso Nacional.

SUMÁRIO EXECUTIVO